



ÁFRICA ENSINADA:

Uma análise do ensino de África a partir dos livros didáticos do 6º ao 9º ano

José Eduardo Melo Silva

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste numa pesquisa mais ampla na qual se tem como objetivo compreender como estão sendo desenvolvidas as atividades docentes relacionadas aos conteúdos das temáticas africana e afro-brasileira no âmbito das séries finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental na Escola Roseana Sarney, em Bacabal, Maranhão.

Como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), de um lado, busco analisar dois diferentes livros didáticos que têm sido utilizados na escola. De outro lado, tenho elaborado uma descrição e análise dos diferentes modos como o ensino de História da África se configura no cotidiano dessa escola.

A proposta referente a esse trabalho surgiu a partir da minha inserção no grupo de estudos, pesquisa e extensão “Movimentos, Identidades e África” da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Bacabal, onde são abordados temas referentes aos contextos africano e afro-brasileiro.

Nesta análise serão abordadas duas coleções de livros didáticos utilizados pelos alunos daquela escola. Ambas as coleções possuem como diferença principal, os anos de publicação. Uma publicada antes da aprovação da lei 10.639/03 e a outra utilizada atualmente, pelo sistema de ensino público de cunho estadual, publicado após a aprovação da lei 10.639/03. É importante ressaltar ainda que o presente trabalho encontra-se em desenvolvimento e que apresentará resultados parciais.

Nas últimas décadas tem surgido um número relevante de trabalhos que analisam diversas problemáticas sociais africanas, isso em um contexto mundial. No Brasil não é diferente, a academia propõe um debate muito mais rico e cada vez mais revelador e que vem trazer para o centro das discussões a outra face da moeda, ou seja, o outro lado do



continente africano, o lado que geralmente não vem exposto nos livros didáticos, estes que por alguns momentos são tidos como maquiadores de realidade.

METODOLOGIA

No âmbito da pesquisa que sedimenta esta comunicação, são realizadas observações em sala de aula com frequência de três vezes por semana para se mapear como os docentes se apropriam dessa temática e como a mesma é trabalhada com os discentes.

A pesquisa situa-se no campo do campo de estudos do “cotidiano escola”, que surge nos anos 1980, quando se desenvolvem cada vez mais as pesquisas qualitativas, e com isso cresce o interesse pelos estudos do cotidiano escolar. Às vezes o conceito de cotidiano escolar é empregado num sentido muito limitado, como lugar de coleta de dados. Entretanto, é preciso considerá-lo como “uma categoria teórica, por meio da qual se vai interpretar as especificidades da experiência escolar diária”. Esses estudos seriam importante por permitirem “desvendar a dinâmica das relações sociais que configuram a vida escolar”. Ora, “a pesquisa de tipo etnográfico pode servir para investigar as situações do cotidiano escolar, levando em conta as seguintes dimensões: subjetiva, institucional, instrucional e sociopolítica”. (MARLI, 2003)

Assim, a relevância dos estudos sobre o cotidiano escolar consistiria particularmente em desvendar a dinâmica das relações sociais que configuram a vida escolar. Questões básicas para esta pesquisada poderiam ser levantadas: como os atores se apropriam das normas oficiais e das inovações como aquelas que advém da Lei 10.639/2003? Como jogam as relações sociais para a recepção dessas normas? Quais tipos de processos são gerados no cotidiano escolar para responder às demandas dessas políticas educacionais, que também se relacionam aos anseios das famílias bem como aos desafios do ensino na sala de aula?

Para a realização da análise dos livros, foram considerados alguns critérios como o número de páginas de que tratam do tema África, e as abordagens socioeconômica e cultural dos mais de trinta países que compõe o continente africano.



A APROPRIAÇÃO DAS TEMÁTICAS AFRICANAS E/OU AFRO-BRASILEIRA A PARTIR DOS DOCENTES

Com base nas visitas feitas a escola-campo, percebe-se que o ensino ainda prioritariamente tradicional, no sentido de que a metodologia utilizada pelo professor corrobora a perspectiva de que o professor ainda seria um mero reprodutor do livro didático. De fato, trabalhar o contexto africano hoje somente reproduzindo o que está no livro didático pode levar a situações complicadas, o livro didático é o principal suporte, mas não deve ser o único.

O docente deve ser autônomo e ir além do livro didático. Nota-se com isso certo despreparo e a necessidade de informação ou de formação continuada com base na lei 10.639/03. Apenas tornar obrigatório o ensino das temáticas africanas não atende às necessidades existente nesse campo; é necessário que haja alternativas para que esses docentes se apoiem e consigam inserir de fato os estudos africanos nos currículos escolares. Portanto, a qualificação dos professores é fundamental nesse processo, além da conscientização, tanto dos docentes quanto dos discentes em relação à relevância dos estudos africanos e afro-brasileiros.

Como argumenta Campos

Tomar consciência de que o ambiente escolar favoreceu –e tem favorecido- à auto depreciação, à construção de uma anti-imagem e de sentimentos negativos impostos pelo racismo é o primeiro passo à construção de uma prática pedagógica inclusiva, poderosa, que represente as inquietudes e não os acomodamentos do principal agente que atua no ambiente escolar: os alunos. (CAMPOS, 2004: 47-48)

A REPRESENTAÇÃO DA ÁFRICA E A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tanto o ensino fundamental e médio, aprendemos que a África era um continente em que havia somente negros selvagens, animais exóticos, um continente que fornecia mão-de-obra escrava para os colonizadores europeus e que não havia uma cultura nativa rica em detalhes, com nações inteiras organizadas socialmente em reinos, com nobreza, tribos, vilas, cidades, clãs e povoados. (ORLANDI, 2010)

Quando estamos em sala de aula sempre nos deparamos com situações que remetem bem o que Orlandi afirma. Com o passar dos tempos foram construídas diversas imagens do continente africano. A primeira delas é que o alunado está sempre se relacionando ao continente africano como um único país. Na segunda imagem que os alunos conseguem expressar quando solicitados que façam uma imagem que represente África, logo nos deparamos como uma série de construtos advindos da educação que predomina, ou seja, da reprodução dos livros didáticos.

Todos imaginam a África como um continente repleto de matas, um paraíso da vida selvagem, habitantes apenas negros, que não se organizam socialmente, tribos selvagens nada amistosas, habitantes incapazes de se defenderem frente a uma exploração e/ ou intervenção agressiva do homem branco. Total miséria, inexistência de centros urbanos, e quando, alguns sabem da existência de vilas e cidades, imaginam ser locais desprovidos de qualquer infra-estrutura e desenvolvimento social e cultural. (ORLANDI, 2010)

A construção do continente africano a partir dessa perspectiva arcaica, não civilizada, inferior etc., reflete também no preconceito racial e social dentro das salas de aula, proporcionando com isso a inversão da função escolar que passa de um lugar de sociabilidade, de troca de experiências para um lugar de exclusão e ao mesmo tempo um campo conflituoso onde predominam as divergências de idéias pondo em xeque até mesmo o rotulo de segunda casa do aluno.

HISTÓRIA AFRICANA NOS LIVROS DE 6º ANO (5º SÉRIE): O CONTINENTE TRIBAL.

No livro didático elaborado em 1997 da 5ª série (6º ano) o primeiro dos dois capítulos que remetem á África tem o título de “Aldeias, tribos e guerreiros: uma nova sociedade”. Aqui, África é referida como um continente homogêneo, toda a sua história se resume a experiência histórica de aldeias e tribos, pensadas de modo colonial. Tal perspectiva é narrada em quatro páginas e as mesmas são compostas por quatro figuras. No segundo capítulo, intitulado de “Civilização e impérios: o Egito”, este é tratado como civilização. “Por volta de 2000 a.C., já havia civilizações em várias partes do mundo. Mas as primeiras surgiram bem antes. A civilização que se formou no Egito, por exemplo, já Haia se constituído no IV milênio a.C” (FERREIRA, 1997: 85).

Não podemos negar que a origem do Egito tenha sido através dessas civilizações e impérios. No entanto, só as histórias dos tempos mais remotos não são necessárias para a compreensão do Egito atual, uma vez que a sociedade do Egito atual não tem sua economia baseada na pesca, na caça, sua sociedade não é composta só por tribos e seu governante não é um faraó.

No livro publicado em 2009 os títulos dos capítulos mudaram: o primeiro é intitulado “O Egito antigo”, o segundo se chama “A sociedade egípcia”, e o terceiro e último capítulo “A África antiga”, ou seja, os números de páginas também aumentaram, pularam de 13 páginas para 26, aumentaram também os números de gravuras, no entanto os conteúdos continuam os mesmos tratando apenas das antigas civilizações isso no livro publicado no ano de 2009. Contudo, as abordagens sociais, econômicas, políticas e culturais são trazidas para o centro da discussão, porém, numa perspectiva antiga.

Isso que dizer que passados 16 anos de uma publicação para outra o continente africano ainda continua o mesmo e mudaram apenas as quantidades de páginas nos livros didáticos.

O LIVRO DIDÁTICO DO 7º ANO (6º SÉRIE): A MÃO DE OBRA AFRICANA NOS CICLOS ECONÔMICOS BRASILEIROS

O livro didático utilizado em 1997 destinado a 6ª série (7º ano) possui cinco capítulos que discutem o contexto afro brasileiro. O primeiro capítulo intitulado “Brasil: o açúcar foi a solução”, o segundo “O trabalho escravo construindo o Brasil”, o terceiro “Os senhores do Brasil”, o quarto “Brasil o século dourado” e o quinto capítulo “A sociedade do ouro: riqueza e conflito”, somando todos esses capítulos tem-se um total de 24 páginas todas elas se referem aos negros como mão de obra escrava atuando nos ciclos do açúcar e do ouro. Em relação ao livro de 5ª série quase que triplicou o número de capítulos havendo uma pequena mudança, saímos do continente tribal africano e viemos para o período da exploração da mão de obra africana no Brasil. Onde é retratado a forma como os negros foram trazidos para o Brasil.

Os escravos eram embarcados nos navios negreiros e mandados para diversos pontos do continente americano. As condições dessas viagens eram as piores

possíveis. A viagem para Brasil custava em média 60 dias [...] Presos num porão viajavam apertados cerca de 600 homens. Mais de 20 milhões de africanos foram arrancados das suas terras, famílias e amigos para trabalhar e enriquecer fazendeiros, mineradores e traficantes. (FERREIRA, 1997: 139).

Os livros didáticos nesse contexto retratam ainda as formas como os africanos eram tratados além do campo em que eles atuavam.

Para fazer os escravos trabalhar, os fazendeiros e proprietários recorriam constantemente ao uso de violência [...] por uma falta leve, o escravo era castigado com dezenas de chicotadas. Agora se o escravo cometesse uma falta mais grave, como agressão, roubo ou tentativa de fuga, os castigos eram terríveis. O proprietário podia até tirar a vida do escravo [...] Apesar de ele custar muito caro, temia-se que a rebeldia se espalhasse entre a escravaria. (FRREIRA, 1997: 143)

No livro de história do 7º ano (6º série) o número de capítulos relacionados à África cai de cinco para um, logo o número de páginas também diminui. O capítulo recebe o título de “Sociedades da África”, onde sua discussão gira em torno dos impérios de Gana, Mali, Songhay e Kongo que vai do século XI ao XVI. Tal discussão deixa lacunas no que se refere às temáticas africanas e muito a desejar primeiro porque existiam mais reinos, depois porque essa exploração é muito superficial e por último o continente africano tem muito mais a oferecer e não está restrito a quatro reinos. Muito tempo já se passou desde que Gana, Mali, Songhay e Kongo deixaram de ser impérios e passaram a ser países com economias distintas daquela em que predominava a agricultura e a pesca. Como é o caso do Kongo. Segundo Pilette (2009, p.121) “a ocupação dessa região por povos que trabalhavam o ferro e praticavam a agricultura e a pesca é muito antiga datando do início da era cristã ou mesmo antes”.

A ABOLIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL E A INCLUSÃO DOS EX- ESCRAVOS NO CONTEXTO DOS EXCLUIDOS.



No livro de historia do ensino fundamental de 7º série (8º ano) vem contido um único capítulo de seis páginas, intitulado “Finalmente acabou a escravidão”, retratando como se deu o processo de abolição da escravatura. Um processo tão complexo que envolve uma serie de lutas e embates que foi a luta pelo término da escravidão contado de forma resumida e em poucas páginas. Aceitar essa concepção como verdade absoluta e ignorar a resistência e apoiar a opressão sofrida pelos trabalhadores que de certa forma foram massacrado pelos não negros.

Desconhecer o sentido revolucionário da Abolição é olvidar a essência escravista de dois terços de passado brasileiro e o caráter singular da gênese do Brasil contemporâneo, através da destruição do modo de produção escravista colonial. Tal desconhecimento ignora a contradição essencial que regeu por mais de trezentos anos o passado brasileiro - escravizadores contra trabalhadores escravizados - e consolida a falsa visão do cativo como categoria social que jamais alcançou a ser protagonista da história. (Em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/13-de-maio/treze-de-maio-2.php>. acesso em 28 de março de 2013)

No livro de historia do 8º ano (7ª serie) também possui um único capítulo que tenta demonstrar como se deu o fim do trafico de trabalhadores explorados. O capitulo está intitulado de “Mudança no Segundo Reinado brasileiro e conta com onze paginas impressas. Também resume o processo de abolição da mão de obra dos africanos em quatro páginas as demais concentram informações sobre os imigrantes europeus. Um continente com mais trinta países das quais a sociedade brasileira e descende tem sua historia contada de forma equivocada, contraditória e maquiada negando assim a sua própria origem e ignorando a resistência daqueles de quem o Brasil descende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas são apenas algumas das contradições que existem nos livros didáticos no quesito história africana e afro-brasileira. No entanto, o objetivo deste trabalho não é de impor formas de como trabalhar conteúdos referentes a África e sim chamar atenção para como está sendo desenvolvido o trabalho docente a partir dos livros didáticos apresentando assim alguns pontos que podem ser melhorados. Tudo que está contido nos livros didáticos após a aprovação da lei 10.639/03 é o mesmo conteúdo dos livros didático de 16 anos



atrás. Além do mais, apenas reproduzir o que está no livro é um erro grave, o livro didático é apenas um suporte e não o único suporte.

Vivemos hoje a era da informação e temos a nossa disposição uma série de instrumentos que podem tornar as aulas sobre África mais dinâmicas e agradáveis. Saber como tudo começou é fundamental para entender a atualidade, porém apenas os conteúdos dos livros didáticos não são suficientes para que possamos entender o presente ainda mais partindo dos livros que temos a nossa disposição. Conhecimento nunca é demais, portanto está sempre se atualizando no que diz a respeito aos estudos étnicos africanos e afro-brasileiros. Há uma série de fatores que podem ser abordados em sala de aula e que com certeza fariam a diferença tanto nas aulas de história, arte, música etc., e tornaria essas aulas mais produtivas.

O universo acadêmico produz por ano uma avalanche de estudos aprofundados sobre África, uma vez se tomando posse desse conhecimento e transformando-os numa linguagem acessível aos alunos do ensino fundamental traria contribuições no mínimo favoráveis a desconstrução da imagem que se tem do continente africano e mais do que isso seria uma forte ferramenta de combate ao racismo que está intrínseco nas salas de aulas.

Referências

MARLI, André. O cotidiano escolar, um campo de estudo. In. PLACCO, Vera Nigro de Souza (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2003.

NÓBREGA, Ricardo. & DAFLON, Verônica Toste. **Da escravidão às migrações: raça e etnicidade nas relações de trabalho no Brasil**.

SOUZA, Flavia Fernandes de. & TORRES, Rosane dos Santos. (2000). Para além da abolição: apontamentos sobre as iniciativas para a educação popular promovidas pelo movimento abolicionista (Rio de Janeiro, década de 1880). Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012.

SARAIVA, José Fabiano Sombra. (2013). **As asas do Sul, uma da paz e a outra do desenvolvimento**.

REIS. Maurício Barboza dos. (2008) **África nos livros didáticos: políticas públicas e novos sujeitos**.



ORLANDI, Agostinho Menotti. (2010) linhas tortas nos livros didáticos.

SANTANA, Jair. (2010). **A lei 10.639/03 e o ensino de artes nas séries iniciais: políticas afirmativas e folclorização racista.**

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. (2004). **Ensino, a História e a Lei 10.639**

SILVA, Beatriz conceição da. & ALMEIDA, Batista da Silva Almeida. (2010) **Como é trabalhada a história da África nos livros didáticos sob a ótica da lei 10639/03, no ensino fundamental a partir de 2003**

PILETTI, Nelson, História e vida integrada/ Nelson Piletti, Claudino Piletti, Thiago Tremonte. Ed Ática. São Paulo. 2009.

FERREIRA, José Roberto Martins. História. Ed reform. – São Paulo: FTD, 1997.